

EMBAIXADA DO BRASIL NO PANAMÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

Transmito, a seguir, relatório de gestão, referente ao período compreendido entre dez/21 e nov/21.

a) CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. Ao apresentar esta primeira versão simplificada e ostensiva do relatório de gestão, desejo, em primeiro lugar, registrar agradecimentos pela oportunidade de dar continuidade ao trabalho de meus antecessores, em prol do fortalecimento da relação bilateral e da promoção dos interesses brasileiros no Panamá, com o apoio e a imprescindível orientação da Secretaria de Estado (SERE). Cumpre-me registrar especial agradecimento pelo momento promissor nas relações bilaterais, para o qual muito contribuíram os contatos entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Nito Cortizo, assim como a fluida interlocução entre Vossa Excelência e sua contraparte panamenha, a chanceler Erika Mouynes. Tampouco posso deixar de destacar meu reconhecimento aos colegas da SERE e aos colaboradores no Posto pelo apoio na agenda de trabalho.

3. No período, a crise deflagrada pela pandemia alterou a dinâmica de trabalho e exigiu redefinição de objetivos mais imediatos. O governo panamenho decretou longas fases de quarentena e toques de recolher, tendo a Embaixada atuado de forma remota, com atividades presenciais circunscritas a tarefas emergenciais, como a emissão de documentos e a prestação de assistência a nacionais. Nesse contexto, menciono o desafio representado pela contratação e coordenação de voos humanitários de repatriação de nacionais no Panamá e em países da região centro-americana e caribenha. Muito agradeço o decisivo apoio da SERE, dos colegas chefes de missão na região e da equipe da Embaixada no Panamá.

4. Poucos dias antes da decretação de emergência nacional no Panamá, em março de 2020, foi feita a transferência da Embaixada para novas instalações. Em paralelo, concluíam-se a reforma do próprio nacional que abriga a Residência Oficial. Sem prejuízo de futuras medidas de aprimoramento, a Residência Oficial e a Embaixada hoje atendem a contento as necessidades de representação do Brasil no Panamá.

5. O cumprimento das múltiplas e crescentes tarefas da Embaixada não teria sido possível sem o apoio e a dedicação da atual equipe e de colegas que se encontravam no Posto quando de minha chegada. Registro o profissionalismo e a capacidade de trabalho da equipe, que hoje inclui três diplomatas (ministra de segunda classe, conselheiro e segunda secretária), três assistentes de chancelaria e dois assistentes administrativos. Adicionalmente, contei com a valiosa colaboração de quinze contratados locais. A todos sou genuinamente agradecida.

b) RELAÇÕES BILATERAIS

6. As relações Brasil-Panamá atravessam fase auspiciosa, com o avanço em novas frentes de trabalho e retomada de agendas iniciadas no primeiro ano de gestão. Realizou-se, em novembro

de 2020, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas em nível de vice-chanceleres. O encontro virtual teve como anfitrião o então vice-chanceler do Panamá, Federico Alfaro. Pelo lado brasileiro, presidiu a delegação o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas. Objetivo prioritário de minha gestão, a reunião ativou mecanismo acordado em 2000, e permitiu diálogo construtivo sobre um conjunto de temas bilaterais, regionais e multilaterais de interesse dos dois países. Acordou-se a continuidade do exercício, com a previsão de que a II Reunião de Consultas Políticas tenha o Brasil como anfitrião.

7. Nos últimos meses, abriu-se nova frente de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, com decisivo impulso de Vossa Excelência. Há promissoras perspectivas de retomada de programa de cooperação técnica bilateral, com a previsão de visita ao Panamá do diretor da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Ruy Pereira, no final de novembro. Espera-se que possa ser acordado novo programa para o período 2022-2024, voltando o Brasil a ocupar posição de relevo em área prioritária para o governo panamenho. A Embaixada também apoiou recentes visitas de entidades ligadas ao setor agropecuário brasileiro dispostas a cooperar em ações de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. A esse respeito, recorro o papel da cooperação brasileira na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favoreceu o intercâmbio comercial nesse segmento e posicionou o Brasil como país de referência para o Panamá.

8. Menciono ainda a visita ao Panamá, em dezembro de 2019, do então secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, embaixador Norberto Moretti. A visita ocorreu no contexto da Expologística, importante iniciativa da Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura do Panamá (CCIAP), com apoio do governo, que teve o Brasil como país homenageado. Na mesma época, também aqui estive o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, acompanhado de expressiva delegação. Nesse contexto, destaco as oportunidades de interlocução com autoridades panamenhas em alto nível, em esforço permanente de intensificação das relações bilaterais.

9. Os contatos interparlamentares merecem menção específica. Ocorreram avanços relevantes, com decisiva colaboração dos integrantes do Grupo Parlamentar do Brasil junto ao Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), aos quais transmito sinceros agradecimentos na pessoa do presidente do Grupo, senador Antônio Anastasia, cujo apoio a esforços nessa área foi constante ao longo de minha gestão. Sou também muito agradecida à senadora Kátia Abreu, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CREDN) e vice-presidente do Grupo Parlamentar do Brasil no Parlatino, que aqui estive em 2019. Em outubro de 2019, o Senado Federal estabeleceu o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá. Recordo ainda, pelo lado brasileiro, o Grupo Interparlamentar da Câmara dos Deputados, cujo presidente, deputado Bibó Nunes, teve a satisfação de receber no Panamá em 2019. A Assembleia Nacional do Panamá criou o Grupo Interparlamentar de Amizade com o Brasil, em fevereiro de 2021.

10. Como pude testemunhar, o ótimo relacionamento bilateral, construído ao longo de 117 anos de relações diplomáticas, tem rico potencial de aprofundamento em várias frentes. Na sociedade e nos meios empresariais, acadêmicos, culturais, entre outros, mantém-se a histórica receptividade ao Brasil. Para além das relações bilaterais, o aprofundamento do diálogo político-diplomático gera benefícios na interlocução sobre assuntos regionais e globais que são de interesse do Brasil e

nos quais a diplomacia panamenha vem buscando projetar-se. Refiro-me, entre outros, a temas como migrações, meio ambiente, direitos humanos, saúde, direitos da mulher, fortalecimento da democracia e resolução de crises em países da região, como a Venezuela e a Nicarágua. A diplomacia panamenha busca, de maneira determinada, espaços em organismos regionais e multilaterais, de que é exemplo o número elevado de candidaturas lançadas. No plano multilateral, o Panamá hoje tem, entre outros, assento no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), no Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO) e, em 2022, iniciará mandato na Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres. Para o biênio 2025-2026, lançou candidatura ao Conselho de Segurança (CSNU). Essa lista não-exaustiva de foros regionais e internacionais oferece espaços de colaboração, que cabe incentivar à luz das prioridades da política externa brasileira.

11. Menciono ainda duas iniciativas recentes que não puderam avançar durante minha gestão: a proposta de negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e o convite formulado pelo MERCOSUL para início de diálogo exploratório sobre um acordo de livre comércio. A parte panamenha argumentou não estar atualmente em condições de levar adiante os exercícios propostos. Avalio que o fortalecimento do diálogo bilateral e uma maior aproximação entre setores empresariais poderão eventualmente gerar incentivos à reconsideração dessas propostas.

c) PANAMÁ

Contexto Político

12. O Panamá é uma república presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. Realiza eleições gerais a cada cinco anos, em turno único. O cargo de presidente não permite reeleição imediata. A alternância no poder é característica marcante da estável democracia panamenha. Desde a redemocratização, não se registrou um único caso de recondução do mesmo partido à Presidência na eleição imediatamente posterior. As últimas eleições foram realizadas em maio de 2019. Além da Presidência, foram disputadas vagas de deputados (são 71, no total), deputados do Parlamento Centro-Americano (20), prefeituras (81) e representantes de unidades administrativas chamadas "corregimientos" (67).

13. Em 2019, saiu-se vitorioso na corrida presidencial o candidato Laurentino "Nito" Cortizo Cohen, do Partido Revolucionário Democrático (PRD), que também obteve folgada maioria na Assembleia Nacional, em aliança com o partido minoritário Molirena (35 assentos para o PRD e 5 para o Molirena). O partido ganhador, o PRD, é um dos mais tradicionais do país, criado em 1979 durante o governo de Omar Torrijos (1968-1981). A plataforma de governo segue o perfil mais nacionalista que se costuma associar ao PRD, cujas políticas sociais e legado de recuperação do Canal do Panamá têm profundas raízes na política panamenha. O partido conta com maior número de afiliados (cerca de 600 mil, em população estimada em 4.3 milhões) e é dotado de capilaridade em todo o território nacional.

14. O presidente tomou posse (01/07/19) com o compromisso de conquistar a "sexta fronteira", através do combate à pobreza e à desigualdade. A "sexta fronteira" remete à máxima de Omar Torrijos, que associou a recuperação do Canal do Panamá à conquista da "quinta fronteira". Cortizo comprometeu-se com a promoção da transparência, o combate à corrupção e a realização da

reforma da Constituição (de 1972, com emendas). Deu início a iniciativas para modernizar o arcabouço normativo na economia: lei de parceria público-privadas, legislação de fomento ao setor agropecuário, criação de regime especial para estabelecimento de empresas multinacionais do setor de manufaturas. Também fortaleceu programas sociais, com foco na melhoria do sistema educacional e no desenvolvimento de programa de alimentação escolar ("estudar sin hambre"), que teve, entre suas inspirações, a experiência brasileira. Estabeleceu novo marco legal para compras governamentais, introduziu políticas públicas em favor do setor agropecuário e propôs ao Legislativo mudança institucional na área de controle das importações de alimentos.

15. No primeiro ano de governo, o presidente submeteu à Assembleia Nacional projeto de reforma constitucional, que acabou sendo retirado em função de fortes reações em setores da sociedade. No final de 2020, lançou processo de consultas em nível nacional para colher da sociedade os elementos de um novo consenso, o chamado "Pacto do Bicentenário-Cerrando Brechas". O resultado desse exercício deverá ser divulgado no final de novembro, no marco das comemorações do Bicentenário da Independência. A segunda metade do mandato presidencial requererá esforços adicionais em matéria de institucionalidade e governança, em ambiente de grandes desafios de reativação econômica. As últimas pesquisas sobre o presidente Cortizo são fortemente influenciadas pelos efeitos da pandemia. Em set./21, a desaprovação de seu desempenho foi de 65%; a aprovação caiu para 31%; 82% dos pesquisados consideraram que o governo não estaria em condições de resolver os problemas nacionais. Outra pesquisa indicou que as principais preocupações da população são a situação econômica e o desemprego, acima da pandemia (24,5%) e da corrupção (8,2%).

Gestão da Pandemia e Impactos Sociais

16. Em paralelo aos esforços para contratação de vacinas (Pfizer, AstraZeneca e Mecanismo Covax) desde o início da pandemia, dois elementos fundamentais da política de enfrentamento à pandemia foram a adoção de duras medidas de isolamento social e fechamento de órgãos públicos e privados, acompanhadas do lançamento de programa de assistência emergencial. Segundo dados oficiais, o programa alcançou mais de um terço da população. Apesar das elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e de ter chegado à condição de país de renda média, o Panamá convive com uma das maiores taxas de desigualdade no mundo, com fortes desequilíbrios territoriais. A situação é especialmente desafiadora nas comarcas indígenas, que representam cerca de 12% da população e cobrem 22% do território nacional.

17. Conforme me coube relatar, o lançamento do programa chamado "Panamá Solidário" ocorreu cerca de duas semanas após o registro do primeiro caso de covid-19 no país. Com queda de arrecadação em 2020, o financiamento do programa de auxílio emergencial e atenção a outras demandas urgentes, como a aquisição de vacinas, medicamentos, equipamentos e construção de hospital, implicaram pressões orçamentárias que persistem e terão de ser equacionadas. O Panamá Solidário segue em vigor, com ajustes e redução do número de beneficiários, em função da paulatina retomada das atividades econômicas e da reativação dos contratos de trabalho. O governo enfrentou questionamentos relativos a compras e obras quando o país se deparava com perspectiva de gravíssima carência de leitos e UTIs. Recorreu a profissionais de saúde de outros países, especialmente de Cuba. Houve críticas ao rigor dos protocolos sanitários, cuja implementação se deu com o emprego de forças de segurança pública.

18. Apesar de não ter havido colapso do sistema hospitalar, a pandemia golpeou fortemente o Panamá. Até 31/10/21, acumulavam-se 473 mil casos, o que corresponde a cerca de 11% da população. Na mesma data, registrava-se acumulado de 7.317 óbitos (em torno de 1.5% de mortalidade). Na América Central e Caribe, o Panamá foi o país mais atingido, embora hoje desponte com os melhores indicadores regionais. O governo comemorava, em 31/10, o fato de contar com mais de 77.5% da população-alvo totalmente imunizada, com incidência pequena de novos casos. Recentemente o Panamá doou cerca de 244 mil doses à Nicarágua, através da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

Economia

19. O atual mandatário foi eleito com o compromisso de reativar a economia, gerar empregos e priorizar a inclusão social. Ao mesmo tempo, previa impulsionar o setor mais moderno da economia por meio da atração de investimentos diretos, da promoção das exportações e da reativação do centro bancário internacional. Os planos incluíam o lançamento de vigorosa campanha pela melhoria da imagem internacional do país, iniciativas legislativas para alinhar a normativa panamenha com padrões internacionais, bem como a adoção de leis para estimular parcerias público-privadas e atrair capital externo para o desenvolvimento do setor de manufaturas, inclusive no setor agroindustrial.

20. Nito Cortizo prometeu privilegiar forte agenda de atenção ao interior do país, em contraposição ao alegado favorecimento da Cidade do Panamá e da "Zona do Canal" que se atribuía ao governo anterior. O apoio aos produtores rurais é umas das principais marcas da atual administração, apesar da pouca expressão da atividade no produto nacional (cerca de 2.3%). A economia panamenha concentra-se no setor de serviços (70% do PIB), com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, logística, serviços bancários, bens e imóveis, comunicações e comércio. O hub aéreo do Aeroporto de Tocumen e a empresa Copa Airlines têm também papel muito importante. O Canal do Panamá é crucial na economia panamenha, com sustentado perfil de crescimento desde a conclusão das obras de ampliação, em 2016. Os benefícios de maior dinamismo na via interoceânica espalham-se para o segmento de logística e outros *clusters* relacionados.

21. Ao contrário do Canal, o setor bancário, que tradicionalmente teve papel de relevo na economia (cerca de 10% do PIB), sofreu abalos nos últimos anos. Foi debilitado por escândalos como o vazamento dos "Panama Papers" e a revelação de práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão. Os reflexos em foros como o GAFI, a OCDE e a União Europeia foram severos. A exemplo de seu antecessor, o atual presidente lidera determinado esforço internacional para melhorar a imagem internacional do país e sair das listas de monitoramento e vigilância. Para um país dolarizado e sem um banco central que emita moeda, o fluxo de capitais estrangeiros é vital. O recente vazamento dos chamados "Pandora Papers" trouxe desafios adicionais.

22. Ademais da contribuição da via interoceânica, do "hub" aéreo e do setor financeiro, é amplamente reconhecido que os grandes investimentos governamentais em infraestrutura foram fator preponderante do crescimento ímpar do país nas últimas duas décadas. Ao final do governo Varela, em 2019, acenava-se com a perspectiva de continuidade da política de elevados investimentos em infraestrutura, com presença crescente da China. Com a mudança de governo,

foi sinalizado que o país passaria a favorecer obras de menor dimensão e de maior distribuição territorial. Após tomar posse, Cortizo também lançou iniciativas de criação de novos regimes e zonas livres. Além das três principais Zonas Econômicas Especiais/ZEE (Zona Livre de Colón, Panamá Pacífico e Ciudad del Saber), o país já conta com 10 zonas francas ativas, tendo sido criadas 5 novas áreas durante a pandemia, com foco na pesca e na agroindústria.

23. Na América Latina e Caribe, a economia panamenha foi a terceira mais gravemente golpeada durante a pandemia, abaixo apenas de Barbados e Bahamas. Em 2020, a queda do PIB foi de 17,9%; o desemprego cresceu de 7,1% para 18,5%. No entanto, prognosticam-se boas taxas de recuperação para 2021 e 2022, respectivamente de 12% e de 8,2%, segundo estudo da Cepal. O Panamá seria regionalmente superado apenas pela Guiana (16%). A Cepal projeta para 2021 redução da taxa de desemprego, que ficaria em 12%. As taxas ainda seriam insuficientes para recuperação da atividade aos níveis anteriores à pandemia. O desempenho no segundo trimestre de 2021 foi positivo, mas com grandes variações por setores de atividade. Na liderança, estão as atividades de mineração (crescimento de 728,3%) e da construção (489,5%), sobretudo de obras públicas e residenciais beneficiadas com taxas de juros preferenciais. O setor exportador panamenho, puxado pelas vendas de cobre e concentrados, teve desempenho fora dos padrões de crise, com crescimento de 111% (jan-ago/21).

24. Em razão da queda de arrecadação e das necessidades de financiamento de novas obras públicas e do programa de assistência emergencial, que possivelmente será mantido até 2022, ao menos em parte, alguns analistas questionam a sustentabilidade fiscal do país. Segundo a Cepal, o déficit do setor público não-financeiro estaria entre 6,5 e 7%, bem acima dos 3,3% do governo anterior. Desde a posse de Nito Cortizo, mesmo antes da pandemia, houve tendência de elevação do endividamento externo, com três lançamentos de títulos no mercado internacional. O investimento externo direto (IED) caiu significativamente nos últimos dois anos. Face a esses desafios, sobressai o empenho do governo em atrair IED.

Comércio Exterior

25. O Panamá é importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. Bens de capital e equipamentos também dependem essencialmente do mercado externo. Historicamente, as exportações são pouco expressivas e o país apresenta déficit estrutural na balança comercial, atenuado, nos últimos dois anos, pelas exportações do setor de mineração, sobretudo de cobre e concentrados. O país possui doze reservas de metais preciosos e não preciosos comprovadas e uma das maiores concentrações de jazidas de cobre por km² do mundo, sendo o terceiro maior produtor da América Latina, após Chile e Peru. Entre 2014 e 2018, o déficit médio anual foi de US\$ 12 bilhões. Com as vendas de produtos da mineração, a redução do déficit foi de 50%.

26. Entre janeiro e agosto de 2021, as exportações do Panamá (excluindo-se a ZLC) alcançaram US\$ 2,26 bilhões. Os produtos da mineração representaram 79,7% da pauta. Os principais destinos das exportações panamenhas foram: China (32,14%), Japão (13,03%), Coreia do Sul (10,24%), Espanha (8,86%), Alemanha (5,18%), Índia (4,8%) Estados Unidos (4,04%), Brasil (3,85%), e Países Baixos (3,47%). O comércio exterior panamenho é movimentado também por outro importante ator: a Zona Livre de Colón, que é responsável por gerar 20 mil empregos diretos e aportar de 5 a 7% ao PIB. As exportações da ZLC cresceram 26,8% no primeiro semestre de 2021.

27. No mesmo período, as importações panamenhas (excluindo-se a ZLC) totalizaram US\$ 7,14 bilhões, com aumento de 38,9% em relação ao ano anterior. Em série histórica, observa-se, contudo, que houve redução média de 6,7% das importações no período 2016-2020, o que coincide com a fase de desaceleração do crescimento econômico. Os principais fornecedores foram EUA (26,1%); China (11,09%); México (5,06%); Costa Rica (4,26%) e Colômbia (3,2%). O Brasil representou 1,69%.

Tratados de Comércio e Investimentos

28. O Panamá conta atualmente com 20 acordos comerciais, sendo membro da OMC desde 1997. Mantém Tratado de Promoção Comercial com os EUA (2012) e TLCs com Taiwan (2004), Singapura (2006), Chile (2008), Peru (2012), Canadá (2013), México (2015), Israel (2020) e Coreia do Sul (2021), além dos protocolos bilaterais do TLC com a América Central. O país tem ainda acordos de alcance parcial com República Dominicana (1987); Colômbia (1995); Cuba (2009) e Trinidad e Tobago (2016), além de fazer parte dos acordos da América Central com a União Europeia (2013) e a EFTA (2014). Em função do Brexit, foi negociado instrumento específico entre o Reino Unido e a América Central. O Panamá assinou TLC com a Colômbia em 2013, mas o tratado não foi ratificado em função de disputas relacionadas a tarifas sobre mercadorias procedentes da Zona Livre de Colón.

29. Após o estabelecimento das relações diplomáticas, em 2017, o Panamá deu início a acelerado processo negociador de um TLC com a China. Entretanto, logo no início do governo Cortizo (2019), foi anunciado que o processo seria reavaliado. Desde então, têm ocorrido alguns avanços em protocolos sanitários e fitossanitários e habilitações de exportadores panamenhos, sem novos desdobramentos em relação à iniciativa de um TLC.

Investimentos

30. O Panamá mantém os seguintes acordos bilaterais de investimentos: Suíça (1985); França (1985); Reino Unido (1985); Alemanha (1989); EUA (1991); Canadá (1998); Argentina (1998); Espanha (1998); Cuba (1999); Chile (1999); República Checa (2000); Uruguai (2001); Países Baixos (2001); Coreia (2002); República Dominicana (2006); México (2006); Ucrânia (2007); Suécia (2008); Itália (2010); Finlândia (2010) e Catar (2011), segundo informações disponíveis na base de dados da OEA.

Política Externa

31. A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista. Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de agências e programas das Nações Unidas no país. São mais de 30 organizações. Às agências do sistema das Nações Unidas juntam-se representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de um importante "hub" aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios das organizações da ONU e dos bancos regionais, como o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

32. Entre os temas que atualmente têm destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas (que têm forte impacto no país); a agenda ambiental e de combate à mudança do clima, com presença expressiva de delegação chefiada pelo presidente Cortizo na COP26; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais, acesso à saúde e vacinas, e direitos da mulher.

33. Na questão migratória, relatei a intensificação de iniciativas da diplomacia panamenha para dar mais visibilidade e estimular o envolvimento dos países que compõem a rota rumo à América do Norte na busca de soluções. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França, participou do Diálogo de Chanceleres organizado pela chanceler do Panamá em agosto último, no qual estiveram presentes seus homólogos de Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, o vice-chanceler do Peru e representantes do Canadá e dos Estados Unidos. Em discurso na AGNU (set/21), o presidente Cortizo alertou para o aumento do fluxo e conclamou a comunidade internacional a fazer, o mais rápido possível, esforço conjunto para evitar uma crise humanitária regional de graves proporções.

34. Na questão ambiental e de mudança do clima, informei sobre a participação de robusta delegação na Conferência do Clima (COP26), com a liderança do presidente Nito Cortizo. Em Glasgow, o Panamá procurou reforçar a imagem de um país comprometido com a pauta ambiental em seus diversos aspectos, com destaque para sua posição como um dos três países carbono-negativo no mundo, junto com Butão e Suriname. Destacou também avanços na agenda 30/30 de proteção dos oceanos e enfatizou a necessidade de cooperação internacional e recursos adicionais para financiar ações que permitam efetivamente alcançar as metas de redução das emissões. Anfitrião da conferência "Our Ocean, Our Connection", em 2023, o Panamá divulgou medidas de ampliação da área protegida da cadeia montanhosa submarina de Coiba (Oceano Pacífico), em parceria conjunta com Colômbia, Costa Rica e Equador.

Agendas bilaterais e temas regionais

35. Cerca de sessenta países têm embaixadas residentes e consulados no Panamá. A interlocução do governo local com o corpo diplomático é fluida e as agendas naturalmente refletem a densidade dos vínculos e interesses recíprocos. Comentarei as agendas bilaterais com maior incidência na movimentação diplomática panamenha.

Estados Unidos

36. De qualquer ótica que se avalie, a relação com os Estados Unidos tem papel central nas ações externas do Panamá. Trata-se do segundo maior investidor no país (US\$ 9,13 bilhões e presença de mais de 200 empresas, em 2019), principal usuário do Canal (78,5% da carga e 68% do trânsito de embarcações), primeiro parceiro comercial e fonte de cooperação em saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras áreas. A robusta agenda vem dando sinais de intensificação. O governo panamenho já ressalta suas afinidades com a administração Biden em temas como meio

ambiente, direitos humanos, direitos da mulher, inclusão social e fortalecimento da economia de mercado. A atração de novos investimentos norte-americanos tem alta prioridade.

37. Relatei, durante minha gestão, visitas de número expressivo de autoridades norte-americanas dos governos Trump e Biden. A tecnologia 5G também é outro tema importante na pauta. O Panamá esteve entre os três primeiros países selecionados para rodada de conversações em torno da iniciativa "Build Back Better World". Recentemente, foi anunciada a designação de nova Embaixadora dos EUA, Mari Carmen Aponte. Trata-se de desdobramento importante, após quase quatro anos de sucessivas encarregaturas de negócios. Há avanços na cooperação bilateral para aprimorar normas e práticas no combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo, à corrupção e a outros delitos internacionais associados.

38. O presidente Cortizo já esteve três vezes nos EUA desde a posse, para participar da Assembleia Geral e de encontros com setores empresariais, sempre com foco em geração de negócios e atração de investimentos. A chanceler mantém dinâmica interlocução nos EUA e, em setembro último, teve muitos encontros em Nova York e Washington, inclusive no Senado e na Câmara de Representantes.

China

39. Em junho de 2017, o Panamá estabeleceu relações diplomáticas com a China. Comentaristas destacaram, à época, o significado da decisão para os interesses chineses na região, não apenas em função do dinamismo econômico panamenho e da sólida relação econômico-comercial já existente entre os dois países, mas sobretudo em função da relevância geoestratégica do Istmo e de seu canal interoceânico no marco da Iniciativa da Rota da Seda. O Panamá foi o primeiro país latino-americano a incorporar-se ao projeto (nov/17).

40. Em dois anos, foram assinados 47 instrumentos bilaterais em distintas áreas. Foram lançadas negociações de um acordo de livre comércio. A posse de Nito Cortizo trouxe inflexões, como reavaliação do TLC e recuo no projeto de conexão ferroviária entre a Cidade do Panamá e David, cujo estudo de viabilidade tinha sido desenvolvido com recursos não-reembolsáveis chineses. Houve ainda mudanças no projeto da quarta ponte sobre o Canal do Panamá e os planos para grande obra de transmissão elétrica na costa caribenha. Desde então, não ocorreram eventos de alto nível, à exceção da XIII Cúpula Empresarial entre a China e a América Latina-Caribe (ChinaLac), em dez/2019.

41. As autoridades panamenhas declaram que as relações com a China têm importância estratégica. O país asiático tornou-se em 2020 o segundo maior usuário do Canal (22,1% da carga) e principal destino das exportações de cobre e concentrados. As vendas de carne bovina e frutas dão sinais positivos. A China presta relevante cooperação educacional e cultural, além de ter, durante a pandemia, realizado importantes doações de equipamentos e itens de proteção individual. Em segmentos empresariais, observa-se forte interesse em intensificar as relações econômico-comerciais.

União Europeia e outros países da Europa

42. A União Europeia desenvolve no Panamá agenda dinâmica nas áreas de cooperação, meio ambiente, direitos humanos e temas relacionados à agenda de governança, combate à corrupção e transparência em matéria financeira e fiscal. Um tema desafiador é a continuada presença do Panamá na lista de países não-cooperantes em matéria fiscal. A União Europeia avalia que o regime fiscal panamenho é pernicioso em função, entre outros fatores, da baixa taxa impositiva e alegada insuficiência no quesito transparência. Uma das principais metas do Panamá é lograr saída da lista da UE, bem como das listas do GAFI e do Foro Global de Troca de Informações Tributárias da OCDE. Medidas de alteração do marco normativo interno têm sido adotadas, mas são ainda consideradas insuficientes.

43. No marco das relações com a Europa, relatei visita da chanceler Erika Mouynes a Espanha, Bélgica e Liechtenstein em junho de 2021. A agenda com autoridades da União Europeia, na mesma viagem, foi expressiva. Foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) com a UE para estabelecer consultas sobre temas bilaterais, regionais e bi-regionais. Na Espanha, a agenda foi robusta e incluiu assinatura de MdE sobre consultas políticas bilaterais anuais.

44. Além da agenda com os países europeus acima indicados, transmiti relatos sobre a evolução das relações com outros países do continente representados no Panamá, entre os quais França, Portugal e Rússia. No início de minha gestão, o Panamá foi sede da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), tendo recebido, além do Sumo Pontífice, o presidente Marcelo Rabelo de Sousa, de Portugal, país que sediará a próxima JMJ. A França tem expressiva atuação na área cultural e educacional no Panamá, além de serem relevantes na agenda bilateral questões relacionadas a transparência e cooperação em matéria fiscal. O presidente Cortizo conversou com seu homólogo francês durante a Conferência do Clima em Glasgow (COP26). Sobre a Rússia, registrei encontro bilateral em Nova York, à margem da AGNU, entre a chanceler Mouynes e Sergey Lavrov.

45. Além dos europeus, registro agenda relevante com o Canadá, que é importante parceiro comercial e o terceiro maior investidor, com destaque para a área de mineração, e tem importante presença em temas de cooperação e assistência humanitária.

Países asiáticos

46. Transmiti também informações sobre países asiáticos representados na capital panamenha. O Japão, que foi visitado pelo presidente Cortizo em out./2019, é o terceiro maior usuário do Canal do Panamá. Tem expressão local em ações de cooperação em temas ambientais e é fonte de financiamento para grandes projetos, como a terceira linha do Metrô. Com a Coreia do Sul, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio em mar/21, notando-se ainda a presença crescente de empresas sul-coreanas e ações de cooperação bilateral e assistência humanitária. Com a Índia, o comércio bilateral é modesto, mas há interesse do Panamá em atrair investimentos, com a perspectiva de realização de missão oficial ao país asiático em 2022.

Agendas Regionais

47. Em âmbito latino-americano e caribenho, relatei as iniciativas do ex-presidente Varela, no primeiro semestre de 2019, e acompanhei a agenda de Nito Cortizo em âmbito regional. A posse presidencial, em 01/07/19, contou com a presença de 99 delegações estrangeiras. No caso de

Bolívia, Colômbia, Guatemala, Honduras, Peru e República Dominicana, compareceram os presidentes. Argentina, Costa Rica, El Salvador e Paraguai foram representados em nível de vice-presidentes. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, foi representante do presidente Jair Bolsonaro. Desde que assumiu o governo, o mandatário panamenho fez visitas oficiais, na região, à Colômbia, ao México e à Guatemala. Por outro lado, recebeu seus homólogos guatemalteco (na condição de presidente-eleito), colombiano, costarricense e dominicano.

48. A agenda de compromissos internacionais foi comprometida pela crise sanitária. O presidente Cortizo participou remotamente da XXVII Cúpula Ibero-americana, realizada em Andorra, em abril de 2021. A representação panamenha em cerimônias de posse de novos mandatários na região esteve a cargo do ex-presidente Martin Torrijos (Bolívia) e da chanceler Erika Mouynes (Equador, Peru). Mouynes foi também a representante do Panamá em recentes Cúpulas da Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e do Sistema de Integração Centro-americana (SICA).

México

49. O México foi destino da primeira viagem bilateral de Nito Cortizo, em outubro de 2019. Esteve acompanhado de delegação ministerial robusta. Além de conversações sobre temas da agenda regional, inclusive fluxos migratórios, foram alcançados entendimentos em projetos de cooperação em desenvolvimento agropecuário, aquisição e oferta de medicamentos, intercâmbio acadêmico, pesquisa marinha e manejo de recursos hídricos. Pouco antes, o vice-presidente Gabriel Carrizo havia liderado missão empresarial ao México. Identificam-se orientações convergentes em políticas públicas e no plano internacional. Durante visita para participar de encontro ministerial da CELAC (jul/21), a chanceler panamenha assinou acordo de Associação Estratégica com seu homólogo, Marcelo Ebrard.

50. O fortalecimento do intercâmbio econômico-comercial é meta importante da associação estratégica. São expressivos os interesses bilaterais em comércio e investimentos entre os dois países. O México era, em 2018, o sétimo maior investidor externo. O México é o 5º maior parceiro comercial do Panamá e está entre os principais fornecedores da Zona Livre de Colón. Desde 2015, está em vigor o Tratado de Livre Comércio. O México foi, no ano fiscal de 2021, o sexto maior usuário do Canal do Panamá.

Colômbia

51. O presidente Cortizo fez visita oficial à Colômbia em novembro de 2019, com representativa delegação governamental e empresarial. Na ocasião, criou-se Gabinete binacional (a exemplo do que foi instituído com a Costa Rica) para diálogo político e coordenação de políticas públicas. Foram assinados acordos em segurança, migrações, cultura, turismo, investimento, economia, indústrias criativas e fortalecimento da democracia e da paz na região. Tomou-se ainda a decisão de reativar a Comissão Binacional de Fronteiras (Combifron) e as reuniões de altos comandos militares e policiais.

52. A densidade da agenda e o tamanho da delegação da visita de 2019 refletem a elevada importância da relação bilateral. A Colômbia é o principal investidor, com 16.6% do IED no país. No Panamá, residem cerca de 120 mil colombianos em situação regular. Estimava-se, antes da

pandemia, que a população flutuante de nacionais da Colômbia aqui alcançasse 400 mil pessoas ao ano. Quando da visita a Bogotá, o mandatário panamenho declarou que o relacionamento bilateral não podia ficar "sequestrado por tensões". Dois temas sensíveis diziam respeito a divergências sobre tarifas aplicadas pela Colômbia a reexportações de calçados e tecidos da ZLC e as pendências, já superadas, na ativação, pelo Panamá, de mecanismo de troca de informações financeiras e tributárias no âmbito da OCDE.

53. Em período recente, tem havido forte interação na questão dos fluxos de migrantes pela fronteira binacional, com frequentes encontros entre as Chancelarias e as forças de segurança. É considerada prioritária a cooperação para manter fluxo seguro e ordenado de migrantes, bem como para combater organizações criminais que atuam na região. Nesse sentido, foi desdobramento relevante o acordo bilateral para estabelecer fluxo diário de migrantes que cruzam a fronteira através da selva do Darién.

Costa Rica

54. Com cerca de 360 km de fronteira e sendo rota de acesso panamenho à América Central e suprimento de boa parte das importações locais procedentes da região, a Costa Rica tem evidente relevância para a política externa panamenha. Nos planos regional e multilateral, os dois países têm afinidades em pautas relativas a direitos humanos, meio ambiente, respeito ao direito internacional e institucionalidade democrática, entre outras. Na área ambiental, cooperam em iniciativas como a ampliação do corredor da Cordilheira submarina de Coiba/ilhas Coco.

55. Durante minha gestão, relatei os resultados das duas visitas do presidente da Costa Rica ao Panamá, a mais recente em marco tripartite com a República Dominicana. Em agosto de 2019, decidiu-se criar Gabinete Ministerial binacional, com o mandato de trabalhar em eixos temáticos para fortalecer o diálogo e a coordenação de políticas. O presidente Cortizo ainda não visitou a Costa Rica. Na questão dos fluxos migratórios rumo aos Estados Unidos e ao Canadá, a cooperação bilateral é fundamental.

56. Sobre as relações com a Costa Rica, relatei desafios durante a pandemia relacionadas ao fechamento temporário, pela Costa Rica, de posto fronteiro na Rodovia Panamericana; à remoção inadvertida de marcos de fronteira por empresa costarricense e a desafios esporádicos no trânsito de migrantes, inclusive de nicaraguenses que trabalhavam no Panamá e buscavam retornar a seu país. Em 2020, o Panamá suspendeu a entrada de produtos cárneos e lácteos produzidos por 26 estabelecimentos exportadores da Costa Rica. Na sequência, anunciou-se decisão da Costa Rica de impor bloqueio técnico a exportações de lácteos panamenhos. O tema foi levado à OMC. A Costa Rica respondia, em 2019, por 2,5% das exportações panamenhas e 3,66% das importações. Os investimentos bilaterais representavam 1,9% do IED no Panamá. A balança comercial é deficitária para o Panamá, se excluídas as transações através da Zona Livre de Colón. A Costa Rica é importante usuária da ZLC, sendo o primeiro destino das reexportações (8,3%).

Outros Países da ALC

57. Entre os sul-americanos, registro a atuação na capital panamenha de Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Quando da saída de Evo Morales, o Panamá manifestou solidariedade ao povo boliviano, que instou a cessar os atos de violência e a respeitar o estado de direito, a ordem constitucional e a institucionalidade democrática. Manteve relações normais com Jeanine Anez. Após as eleições, cumprimentou o presidente Luis Arce e enviou o ex-presidente Martin Torrijos à posse. A chanceler compareceu às posses presidenciais no Equador e no Peru. Antes da posse de Pedro Castillo, realizou-se missão empresarial ao Peru, liderada pelo Ministério de Comércio e Indústrias. O Peru é o 18º investidor no Panamá e 7º usuário do Canal. As relações com o Chile são relevantes. Além de acordo bilateral de livre comércio, registro que o Chile é importante usuário do Canal do Panamá (5º lugar). Em 2013, o Panamá tornou-se membro observador e candidato à Aliança do Pacífico.

58. As relações com a Argentina transcorrem normalmente, com diálogos bilaterais e iniciativas de cooperação técnica e educacional. No âmbito da COP 26, Cortizo manteve reunião bilateral com o presidente Alberto Fernández. A Argentina é o 6º investidor da América do Sul no Panamá. As relações com o Uruguai e o Paraguai seguem padrão de fluida interlocução bilateral. Em âmbito centro-americano e caribenho, recorro ao histórico de tradicionais relações com Cuba, que presta cooperação técnica, educacional e na área de saúde (inclusive com profissionais médicos e de enfermagem durante a pandemia), além de ser importante usuário da Zona Livre de Colón. Observa-se dinamização da agenda com El Salvador em iniciativas econômico-comerciais, de cooperação técnica e segurança pública. Cortizo compareceu à posse do guatemalteco Alejandro Giammattei (jan/20), ocasião em que se reuniu com o salvadorenho Nayib Bukele.

Aliança Panamá-Costa Rica-República Dominicana

59. Em outubro último, o presidente Laurentino Cortizo recebeu os presidentes da Costa Rica, Carlos Alvarado, e da República Dominicana, Luís Abinader, para reunião da Aliança para o Fortalecimento da Institucionalidade Democrática. Entre outros temas, os mandatários fizeram chamado à região e aos Estados Unidos por uma abordagem integral e imediata do tema migratório e da situação no Haiti (maioria dos migrantes da rota hemisférica). Sobre a Nicarágua, reiteraram profunda preocupação face à crítica situação política e à deterioração nos direitos humanos pela não-observância das garantias individuais. A Aliança terá seu próximo encontro na República Dominicana, em dezembro de 2021.

Nicarágua

60. A Nicarágua e a Venezuela têm sido destacadas pela diplomacia panamenha como os dois casos de maior preocupação no âmbito regional. Em diversas instâncias, o país tem defendido atuação da comunidade internacional em busca de soluções realistas para os desafios na região. Perante a AGNU, o mandatário ressaltou que o Panamá quer ser uma ponte para unir as nações em busca de soluções comuns para desafios regionais e globais.

61. O Panamá é tradicional destino de trabalhadores da Nicarágua. Cenários de instabilidade política e crise socioeconômica estão no centro das inquietações, pelo estímulo que possam trazer à elevação do fluxo migratório em direção ao Istmo. Logo após as eleições de 7/11/21, o Panamá

emitir nota em que rechaçou as condições excludentes do processo eleitoral, as violações sistemáticas de direitos humanos e a prisão de líderes políticos e sociais. Lamentou que as eleições não cumpriram com as garantias mínimas e reiterou apelo à libertação dos detidos e à retomada da via democrática. Segundo a chanceler Mouynes, a região não pode "permitir outra Venezuela".

Venezuela

62. Em janeiro de 2021, a Chancelaria emitiu nota para comunicar que deixava de reconhecer Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. Argumentou que sua posição guardava estrita relação com as circunstâncias da complexa crise venezuelana, por um lado, e os princípios do direito internacional, por outro. Ressaltou que tal posição não implicava reconhecimento da legitimidade do regime de Nicolás Maduro. As credenciais da representante de Guaidó foram retiradas na sequência.

63. Quando da posse do presidente Cortizo, comentaristas locais indagavam sobre a possibilidade de mudanças em relação à posição do governo Varela. O Panamá seguiu participando do Grupo de Lima, mas aderiu ao Grupo Internacional de Contato (jul/19), manifestando-se pela busca de solução negociada, no marco do direito internacional, em favor de uma solução pacífica e democrática para a situação venezuelana, através de eleições livres. O Panamá costuma destacar a complexidade do cenário venezuelano, com questionamento sobre as diversas iniciativas paralelas. Advoga retorno a um ambiente democrático no país, com a participação de todos os atores políticos venezuelanos.

64. Além da evolução no plano diplomático, informei, durante minha gestão, sobre outros aspectos das relações Panamá-Venezuela. Com a crise, o Panamá passou a receber contingentes crescentes de venezuelanos, hoje estimados em 122 mil, segundo o ACNUR. No passado, a Venezuela chegou a ocupar a terceira posição em aplicações no sistema bancário local (12%) e tinha presença expressiva em investimentos nos setores de construção civil, negócios imobiliários, bancos, logística, turismo, educação e comunicações. Na Zona Livre de Colón, respondia por 30% das reexportações em 2013, perdendo posição gradualmente e tornando-se um dos principais fatores da queda no dinamismo da ZLC.

d) BRASIL-PANAMÁ

Relações Comerciais e Investimentos Brasil-Panamá

65. Durante minha gestão, empenhei esforços para conferir maior densidade ao relacionamento entre o Brasil e o Panamá no plano econômico-comercial. No primeiro ano, procurei intensificar a interação com atores panamenhos, como o Ministério de Comércio e Indústrias (MICI), a Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura (CCIAP), a Agência de Promoção de Exportações (ProPanamá) e a Associação Panamenha de Executivos de Empresa (APEDE). Apoiei a Câmara de Investimentos e Comércio Brasil-Panamá (CICBP), que tinha sido constituída em maio de 2018 e buscava estreitar vínculos e gerar oportunidades de negócios com o mercado panamenho. O Brasil esteve representado com estande próprio nas três principais feiras realizadas na capital panamenha em 2019: ExpoComer, considerada a maioria feira multissetorial da América Central e Caribe; a ExpoTurismo; e a ExpoLogística, que se realizou paralelamente a evento de grande

dimensão entre a China e América Latina-Caribe, a denominada ChinaLac. A APEX-Brasil esteve presente na ChinaLac.

66. O Brasil foi o país homenageado da ExpoLogística 2019 e o então secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC), embaixador Norberto Moretti, foi o orador principal do evento de abertura. Na ocasião, além de contato com o vice-presidente da República do Panamá, Gabriel Carrizo, que acompanhou a inauguração do estande brasileiro, o embaixador Moretti reuniu-se com o ministro encarregado da Atração de Investimentos e com vice-ministros de Relações Exteriores e de Comércio e Indústrias. O encontro entre o SCAEC e o vice-ministro de Comércio e Indústrias levou a entendimento sobre a criação de Grupo Técnico sobre comércio e investimentos, para exame de temas específicos pendentes e análise de iniciativas de incentivo a uma maior aproximação econômico-comercial.

67. Em paralelo à ExpoLogística, a Embaixada apoiou a Câmara de Investimentos e Comércio Brasil-Panamá (CICBP) na organização do seminário "Brazil Global Connection", com a participação de entidades panamenhas. Pelo lado brasileiro, participaram empresários e representantes da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), do Porto de Suape e de associações como a Federação das Indústrias de Tocantins (FIETO) e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), além dos Secretários de Agricultura e Pecuária do Tocantins e da Bahia. A iniciativa da CICBP coincidiu com a visita ao Panamá de delegação liderada pelo governador de Pernambuco, Paulo Câmara. Acompanhei o governador em reuniões no Canal do Panamá, na Autoridade de Turismo, na Copa Airlines, no Ministério de Segurança Pública e em outras entidades locais. Examinaram-se possibilidades de incentivo ao turismo e ao comércio bilateral, aproximação com o Canal do Panamá e cooperação na capacitação de práticos e pessoal das forças de segurança.

68. A pandemia impôs desaceleração da agenda. Feiras importantes, como a ExpoComer, a ExpoTurismo e a ExpoLogística, foram adiadas. O SECOM passou a concentrar-se em atividades virtuais e também cuidou da contratação de pioneiro guia sobre "Como Exportar para o Panamá" e de três estudos de mercados específicos (móveis; porcelanatos/materiais de construção; e vinhos, espumantes e bebidas à base de uva). Prevê-se o lançamento dessas publicações no começo de 2022, com programa de seminários e encontros para estimular negócios nessas áreas. O calendário de feiras do Panamá ainda ensaia retomada, com previsão da próxima ExpoComer apenas em março de 2022.

69. Durante minha gestão, procurei também dar andamento a pedidos de estabelecimentos exportadores de produtos cárneos termoprocessados, tema que se encontra na agenda desde 2015/2016, bem como a outras solicitações relacionadas à habilitação de exportadores brasileiros e à atualização de formulários e certificados. Registraram-se os seguintes avanços: a) quatro exportadores brasileiros de sêmen e embriões bovino e/ou caprino foram habilitados; b) outros três exportadores foram preliminarmente aprovados, estando próxima a habilitação definitiva; e c) foi aprovada proposta atualizada de modelo de CZI para exportação de sêmen de ovinos e caprinos. Segue na pauta a questão da habilitação de cinco exportadores de carnes termoprocessadas. Duas lograram obter habilitação.

70. No caso do segmento de produtos alimentícios, a substituição da Autoridade Panamenha de Segurança de Alimentos (AUPSA) pela Agência Panamenha de Alimentos (APA) implicou prazos mais longos na tramitação dos processos, em cenário agravado com a suspensão de inspeções durante a pandemia. Ciente da relevância do tema, desde minha chegada ao Posto iniciei gestões junto a autoridades locais. Com a entrada em operação da nova agência APA (01/10/21), estão sendo retomados esforços.

Balança Comercial

71. O comércio bilateral, estruturalmente favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. A análise da série histórica indica picos específicos (2010-13), associados à presença de construtoras brasileiras que estimularam a importação de maquinários, equipamentos pesados e materiais para a construção civil. Outro momento relevante ocorreu em 2017/18, com a importação de frota de ônibus urbanos produzidos pela Marcopolo, com chassis da Volvo, além de turbinas para aeronaves da Embraer, então operadas pela Copa Airlines.

72. O quadro de assimetria começou a ser alterado em 2020, com exponencial aumento das exportações panamenhas de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). O Brasil passou a ocupar, em 2021, o 8º lugar entre os principais destinos das exportações panamenhas. Até agosto, o total exportado pelo Panamá ao Brasil foi de US\$ 87,3 milhões, com aumento de 45,7%. Em 2020, as exportações totalizaram US\$ 128,2 milhões, em comparação aos US\$ 4,9 milhões de 2019 e aos US\$ 8,1 milhões de 2018. Se excluído o cobre e seus concentrados (83,9% da pauta), os principais produtos panamenhos enviados ao Brasil são despojos de alumínio (9,74%), peixes congelados (3,09%); e despojos de fundição, ferro ou aço (1,23%).

73. No sentido contrário, as importações panamenhas procedentes do Brasil totalizaram US\$ 121,5 milhões em 2020, ficando o país em 9º lugar entre os fornecedores do Panamá, atrás de EUA, China, México, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Espanha e Japão. Em 2021, as importações também dão sinais de que estariam operando em alta (48,5%). No entanto, o volume de compras do Brasil ainda não recuperou as cifras de 2019 (US\$ 197,5 milhões) e 2018 (US\$ 243,9 milhões). Entre as principais mercadorias importadas atualmente estão maquinário para impressão (7,37%); ladrilhos e placas/lajes (5,93%); partes de máquinas para peneirar/separar terras, pedras, minérios e outras substâncias minerais sólidas (4,21%); elevadores de ação contínua para mercadorias (4,2%); álcool etílico não desnaturado (4,2%); e medicamentos contendo compostos nitrogenados (3,55%).

74. Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. O Panamá é um país com níveis de produção, agrícolas e industriais, muito abaixo das necessidades de consumo. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do Istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Investimentos bilaterais

75. Em 2019, o estoque de investimentos do Brasil era de US\$ 428 milhões, com fluxo positivo de cerca de 22 milhões, revertendo tendência negativa dos dois anos anteriores. Dados do Banco Central do Brasil, de 2017, indicavam grande concentração dos investimentos brasileiros em atividades financeiras, seguros e serviços relacionados. A base de dados do BC também registra investimentos do Panamá no Brasil no valor de US\$ 1,2 bilhões, em 2017. Os principais segmentos são atividades imobiliárias, comércio e reparação de veículos, construção e indústrias de transformação.

76. A Embaixada registra atualmente a presença no Panamá das seguintes empresas de origem brasileira: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safrá Asset; International Meal Company; Furukae Industrial S.A. (Zona Livre de Colón); Innovapharma, S.A. (centro de distribuição regional); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Stefanini Group (automatização e tecnologia); e Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).

77. Além da Odebrecht, que teve sua presença no Panamá sensivelmente reduzida, registro a descontinuidade de operações de outras empresas brasileiras no Panamá, por fatores diversos. Nos últimos anos, encerraram atividades os escritórios da Ananda International Products, da Sadia S.A., da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Embraer. Recordo que a empresa Copa Airlines adquiriu da empresa brasileira, a partir de 2004, total de 14 aeronaves E-190, utilizadas até a pandemia, quando foi anunciada a venda à australiana Alliance Airlines. Ainda sobre a Embraer, assinalo que a Embaixada acompanhou recentemente o Diretor para a América Latina do Departamento de Defesa e Segurança em contatos locais. A aeronave presidencial panamenha é um Embraer EMB-135 BJ Legacy 600, fabricado em 2008 e adquirido em 2009.

Canal do Panamá e escoamento de Exportações Brasileiras

78. O uso do Canal do Panamá para escoamento de exportações brasileiras para mercados da costa oeste dos EUA e asiáticos, em particular para a China, tem estado na agenda de entidades brasileiras como a Associação Brasileira dos Exportadores de Soja (Aprosoja) e os Portos do Itaqui e de Suape, cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes. Além destes, também estiveram no Panamá em 2019 representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Tão logo iniciei minha gestão, busquei interlocução com autoridades do Canal do Panamá. Reuni-me, no início de 2019, com o então administrador do Canal, Jorge Quijano, a quem transmiti considerações sobre os benefícios que, de uma perspectiva estratégica, poderiam resultar a construção de uma convergência que tornasse economicamente viável a utilização da via interoceânica. Em setembro de 2019, assumiu um novo administrador, Ricaurte Vásquez, com quem estive quando da visita do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Panamá. Além dos contatos na própria administração, procurei suscitar o tema com outros integrantes da Junta Diretora da entidade, entre os quais o atual secretário-executivo e ex-Presidente do Parlatino, Elias Castillo.

79. Nesses contatos, recordei as dimensões da produção brasileira de grãos, cujo escoamento, através do Panamá, poderia ser de interesse mútuo. Mencionei os portos localizados na região Norte e Nordeste, alguns dos quais, como Itaqui e Suape, em condições de operar com embarcações do tipo "neopanamax". Assinalo que seria importante reconsiderar a precificação

dos pedágios. Os altos valores tornam antieconômica a opção pelo Canal do Panamá, motivo que explica a inexpressiva utilização da via por graneleiros com exportações brasileiras. Apoiei esforços da Aprosoja e dos Porto de Itaqui e Suape, que assinaram memorandos de entendimento com a Administração do Canal (ACP) para diálogo e troca de informações em nível técnico.

80. Trata-se de esforço de longo prazo. A ACP alega dificuldades de alterar estrutura de pedágios. Conta com demanda segura dos principais usuários do Canal. A pandemia não abalou as operações do Canal. Não obstante, registro desdobramento recente que poderá indicar alguma abertura à retomada do tema. O Canal solicitou apoio da Embaixada no levantamento de dados acerca das exportações de grãos do Brasil e sua respectiva cadeia de abastecimento, por instrução da Junta Diretora do Canal. Com o recente aumento dos custos na indústria marítima, a ACP estaria avaliando novas linhas de atuação. A Embaixada vem mantendo contato com interlocutor do Canal.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

81. Em atenção a recente demanda apresentada ao Chanceler Carlos França pela Chanceler Mouyner, o Posto passou a atuar na identificação de possibilidades de cooperação bilateral nessa área. Como passo inicial, visitei o secretário nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá e diretores de outras entidades governamentais e não-governamentais ligadas ao ecossistema de inovação panamenho. Em paralelo, foi elaborado mapeamento do ecossistema local. Foram definidas iniciativas de curto e médio prazo que deverão compor o programa de cooperação com o Panamá. Estão previstas, para os próximos meses, as seguintes ações:

i) Ida ao Brasil de missão técnica integrada por 20 panamenhos com atuação profissional relevante nos principais órgãos envolvidos em C, T&I, para programa de capacitação a ser oferecido pela Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) em São José dos Campos e Recife (05/12/21 a 15/12/21). A iniciativa foi desenvolvida pelo DPTEC, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação. Trata-se de iniciativa com potencial multiplicador no ecossistema local;

ii) Visita do secretário nacional de C, T&I do Panamá, Dr. Eduardo Ortega-Barría. O programa da visita está em discussão, com previsão de que seja realizada no início de 2022. O Professor Ortega-Barría lidera projeto para instalação no Panamá, em 2023, do Centro Regional de Inovação de Vacinas e Biofármacos (CRIVB), "hub" farmacêutico voltado para a América Central e Caribe. Tem interesse em buscar a cooperação brasileira nessa área, o que oferece oportunidade relevante no plano bilateral.

iii) Aproximação entre a Apex-Brasil e a Agência Panamenha de Atração de Investimentos e Promoção de Exportações (ProPanamá). O interesse prioritário panamenho é a cooperação em iniciativas de inovação em economia digital/e-commerce. As duas agências negociam atualmente um Memorando de Entendimento, com perspectiva de assinatura até o início de 2022. Foi acordado com a ProPanamá cronograma para realização de "webinars" sobre os ecossistemas de inovação dos dois países. A diretora da Agência sinalizou intenção de organizar missão empresarial ao Brasil, em 2022.

Cooperação Técnica

82. A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura /pecuária e proteção social, entre outras. Escritório da Embrapa chegou a funcionar no Panamá (entre 2010 e 2014), com missão de alcance sub-regional. Quando assumi a Embaixada, os projetos do programa de cooperação tinham cumprido seu ciclo de execução, o que recomendava avaliar o momento oportuno para contatos sobre a estruturação de um novo programa bilateral. Após a posse no novo governo em julho de 2019, iniciei interlocução com a Chancelaria e outras instituições, como o Ministério da Saúde.

83. Colhi manifestações de apreço e interesse pela cooperação brasileira. Em agosto de 2019, a diretora de Cooperação Internacional foi recebida pelo diretor da ABC em Brasília, embaixador Ruy Pereira, ocasião em que acordaram convocar reunião do Grupo de Trabalho Bilateral. A crise sanitária retardou o processo, que foi tratado na 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em novembro de 2020. Na ocasião, a Embaixada já havia compartilhado com a ABC as demandas prioritárias panamenhas, conforme indicadas a seguir:

- (a) desenvolvimento rural, com iniciativas para fomento do agronegócio e programas sociais para a agricultura familiar;
- (b) preservação do patrimônio histórico, à luz da experiência do IPHAN na recuperação do Centro Histórico de Salvador, Bahia;
- (c) direitos de pessoas com deficiência;
- (d) capacitação de carreiras técnicas;
- (e) cooperação em saúde, com ênfase na retomada do projeto de bancos de leite humano.

84. Além de visita do diretor da ABC ao Panamá, prevê-se missão técnica multidisciplinar no primeiro semestre de 2022, para negociar termos de referência de projetos e iniciativas concretas. Trata-se de perspectiva muito positiva, que permitirá ao Brasil recuperar presença em frente prioritária para o governo panamenho.

Outras iniciativas de cooperação

85. Duas importantes missões de representantes do setor agropecuário brasileiro ocorreram recentemente. Aqui estiveram os diretores do Instituto Daniel Franco (Uberaba-MG) e do Grupo Adir (Nova Crixás-GO). Com o apoio do Instituto de Inovação e Pesquisa Agropecuária do Panamá (IDIAP), a Embaixada organizou programa de encontros com instituições panamenhas, inclusive com visitas de campo a fazendas-modelo e laboratórios de pesquisa agrícola. Os visitantes foram recebidos pelos presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional e do Grupo de Amizade Interparlamentar Brasil-Panamá, bem como por outros deputados com interesse no setor agropecuário. Acompanhei o diretor do Grupo Adir a encontro com o ministro de Desenvolvimento Agropecuário (MIDA), que sinalizou claro interesse em convênio assinado com o IDIAP durante a visita.

Assistência Humanitária

86. No final de 2020, o Panamá foi severamente afetado por inundações e deslizamentos de terra provocados pela passagem dos Furacões Eta e Iota. Em tempestiva resposta a pedido do governo local, a Agência Brasileira de Cooperação fez contribuição, a título de cooperação humanitária, de US\$ 25.000, para aquisição de itens emergenciais. O gesto humanitário, amplamente divulgado, foi muito apreciado pelas autoridades panamenhas.

87. Ainda no terreno da assistência emergencial, cabe mencionar o Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária (CLRAH), inaugurado em 2018 com a finalidade de consolidar o Panamá como "hub" para operações de assistência humanitária. Durante a pandemia, o CLRAH serviu de base para distribuição de mais de 100 toneladas de produtos emergenciais a trinta países da região. Está sob exame da ABC convite panamenho para que o Brasil se associe ao CLRAH, a exemplo de outros países que estabeleceram cooperação com o Centro, como Argentina, Chile e Coreia do Sul.

Serviços Consulares e Assistência a Brasileiros

88. Estima-se que o Panamá chegou a abrigar, antes do início da pandemia, cerca de 4,5 mil brasileiros, tendo esse número sofrido brusca contração a partir de março de 2020, quando muitos retornaram ao Brasil. Embora não se tenha o número exato de brasileiros que hoje vivem no país, pode-se inferir a dimensão da queda relativamente a 2019 pela redução no volume de serviços consulares, de quase 60%. O ano em curso aponta gradual retomada, mas ainda abaixo da média pré-pandemia. Quase toda a comunidade brasileira vive hoje em situação migratória regular, com empregos formais em empresas transnacionais sediadas no país, ou em organismos internacionais.

89. São raros os casos de brasileiros em situação de grave vulnerabilidade. Atualmente, dois nacionais cumprem penas em penitenciárias panamenhas. Os presos são regularmente entrevistados, por videoconferência, pelos agentes do setor consular, que acompanham a evolução jurídica dos casos. Tratado bilateral sobre transferência de pessoas condenadas prevê a possibilidade de que venham a cumprir parte da pena em território brasileiro, uma vez cumpridos os requisitos previstos no tratado.

90. O setor consular iniciou providências de preparação às eleições de 2022. O Posto está empenhando em garantir as condições materiais para sua realização e vem dando ampla divulgação ao material audiovisual produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em outubro de 2018, dos 1.057 eleitores aptos a votar nas duas seções eleitorais organizadas pela Embaixada, 58% compareceram às urnas em cada turno.

91. Segundo dados do Aeroporto de Tocumen, em 2019, 103 mil viajantes brasileiros utilizaram o hub regional panamenho para conexões de voos internacionais, muitos dos quais com destino aos EUA, México e República Dominicana. O número caiu drasticamente em 2020. Há sinais de gradual retomada. O plantão consular continua a tratar de demandas envolvendo problemas pontuais no aeroporto.

92. Tendo em conta a presença de nacionais e de estrangeiros com filhos brasileiros na rota migratória para a América do Norte, o Posto tem ocorrido aumento de casos de repatriação de crianças e adolescentes que perdem seus pais na perigosa travessia da fronteira entre Colômbia e

Panamá. Desde 2020, foram seis casos, dos quais três já resultaram em repatriação. Três outros menores aguardam retorno aos cuidados de familiares, com amparo, conforme seja necessário, em decisão judicial. O setor de assistência consular faz acompanhamento regular desses casos, em interlocução com o Itamaraty e familiares.

Voos de Repatriação

93. Em função da suspensão de voos comerciais decretada em função da pandemia, a Embaixada coordenou operações de fretamento de aeronaves para repatriação de nacionais no Panamá e outros países da região. Em exercício de estreita colaboração e decidido empenho da SERE e dos postos na região, nomeadamente Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e Trinidad e Tobago, os dois primeiros voos foram realizados em 10 de abril de 2020, com escalas para recolher nacionais em todos os países acima mencionados. Em etapas subsequentes, de abril ao final de junho, apoiei contatos iniciais das Embaixadas no México, no Canadá e em Cuba para contratação de outros voos. Um terceiro voo coordenado pela Embaixada recolheu mais brasileiros que se encontravam no Panamá e na Costa Rica. As operações contaram com a imprescindível colaboração das autoridades panamenhas.

Cooperação Jurídica

94. A cooperação jurídica entre os dois países transcorre sem maiores obstáculos. Ao amparo de tratado bilateral de extradição, firmado em 2007 e em vigor desde 26/06/2010, pedidos do Ministério da Justiça e Segurança Pública às autoridades panamenhas resultaram, ao longo de 2021, na extradição de dois cidadãos estrangeiros acusados por crimes praticados no Brasil. Destaque-se, nesse campo de atuação, a efetiva coordenação mantida pela Polícia Federal com a Polícia Nacional do Panamá e com a Interpol. Além de extradições, a cooperação jurídica envolve o cumprimento de cartas rogatórias e, eventualmente, de oitiva de testemunhas arroladas em processos criminais sob exame do Judiciário brasileiro.

Cooperação Educacional

95. A cooperação educacional entre Brasil e Panamá é área tradicional nas relações bilaterais. O marco original do processo remonta a 1946, quando da assinatura de Convênio Cultural Brasil-Panamá, ainda em vigor. Em décadas subsequentes, considerável parcela de estudantes panamenhos passou a beneficiar-se do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Atualmente, os nacionais panamenhos também acessam as instituições de ensino superior brasileiras por meio do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB - "Becas Brasil") e programa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). No sentido contrário, o Convênio de 1946 também faculta o acesso de brasileiros a universidades públicas panamenhas.

96. Outra importante frente de cooperação é possibilitada por escolas das Forças Armadas do Brasil. Tradicionalmente, os estudantes panamenhos são convidados a participar de processos seletivos das três Forças Armadas, nos seguintes programas: i) Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), da Marinha do Brasil; ii) Curso de Formação de Oficiais de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico para militares de Nações Amigas, do Exército; e iii)

Curso de Formação de Oficiais Aviadores - AFA e Curso de Formação de Sargentos-EEAR, da Força Aérea Brasileira.

97. Estima-se que o Brasil já acolheu entre 2 mil e 3 mil panamenhos, com maior concentração entre os anos 1960-80. Formaram-se gerações que ocuparam espaços importantes no governo, na academia e em atividades privadas, com o benefício da formação de vínculos e geração de oportunidades nas relações bilaterais. O leque de profissões é amplo, mas merecem destaque agronomia, veterinária, medicina, odontologia, administração, música, arquitetura e engenharias. Nos estamentos de segurança pública e nas atividades da área mercante, inclusive o Canal do Panamá, há expressiva presença de beneficiários da cooperação, inclusive em postos-chave de direção. Com o apoio do Departamento Cultural do Itamaraty, a Embaixada iniciará proximamente projeto de recuperação da memória da cooperação educacional, com a colaboração de instituições panamenhas.

98. Dada a importância da cooperação educacional, que a todos os títulos reputo estratégica como ação de política externa, empenhei esforços de continuidade e ampliação da presença do Panamá nos programas oferecidos. Trata-se de área que é de interesse prioritário do governo panamenho. Um fator limitante está relacionado aos custos de manutenção no Brasil. Com vistas a contornar essa dificuldade, iniciei contatos com instituições panamenhas, para concessão de bolsas de estudos a estudantes necessitados que logrem ser aceitos em universidades brasileiros. As conversações estão adiantadas.

99. Durante minha gestão, foram apoiadas ações de aproximação entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), de um lado, e as Universidades do Panamá e Tecnológica do Panamá, de outro. Foram assinados convênios de cooperação que preveem o intercâmbio docente e discente, entre outras iniciativas conjuntas.

Promoção da Língua Portuguesa e Difusão Cultural

100. A Embaixada no Panamá conta, desde 2008, com um núcleo de ensino da língua portuguesa e difusão cultural, normalmente referido como Centro Cultural Brasil-Panamá (CCBP). Com a mudança de endereço da Embaixada, o CCBP passou a contar com instalações mais modernas e equipadas, que incluem sala de aula e biblioteca/sala de estudos. Em função da pandemia, as aulas passaram a ser oferecidas na modalidade virtual, assim como as contínuas atividades culturais desenvolvidas no CCBP, que incluem cinema, música, literatura, aulas remotas de dança, entre outras.

101. O CCBP conta atualmente com dois professores, que ministram aulas a nove turmas, com total de 100 alunos. O Centro tem programa de cooperação com instituições panamenhas, nomeadamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Segurança Pública (Polícia Nacional, Polícia de Turismo) e o Serviço de Proteção Institucional da Presidência da República. No passado, desenvolveu exitoso programa de capacitação em português para funcionários da Copa Airlines e companhias multinacionais como Carterpillar, Dell, Philips e Thompson Reuters. Estima-se que, em cerca de 13 anos, o CCBP capacitou mais de cinco mil panamenhos na língua portuguesa, tendo também colaborado com universidades locais.

102. Nos últimos meses, foi mantida programação regular dos "Viernes Culturales" e atividade virtual dirigida a crianças da comunidade brasileira (Praticutucá no Panamá). A Embaixada participou, em modalidade virtual, da Feira Internacional do Livro do Panamá. A exemplo de anos anteriores, a Embaixada organizou, com a Embaixada de Portugal, a Semana da Língua Portuguesa, e participou da mostra de cinema organizada pela Chancelaria panamenha. Também apoiou o Festival de Música Clássica Saint Malo, que homenageou os pianistas Nelly (brasileira) e Jaime Ingram, radicados na capital panamenha.

103. No marco das comemorações do Bicentenário, está prevista diversificada programação cultural nos próximos meses (concerto, festival de cinema, oficinas de samba, Festival de Jazz). Em 2022, haverá, ainda, o evento "Velas Latinoamérica", que reunirá veleiros das Marinhas de nove países da região (Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana e México, além do Brasil). O Panamá foi convidado a integrar a iniciativa. Prevê-se aproveitar a passagem do 'Cisne Branco' para iniciativas de difusão cultural.